

PAULA FROES

PGE diz que tem atuado para preservar patrimônio

A Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE) afirmou ontem, em nota, que tem apresentado sucessivas manifestações no processo no sentido de preservar o patrimônio público, sem lograr êxito. "A empresa autora da ação solicitou o leilão do bem, que foi deferido pelo Juízo, tendo o Estado apresentado medidas judiciais visando evitar a sua realização. Portanto, o leilão não é promovido pelo Estado, mas por ordem judicial", diz.

O comunicado ainda lamenta que "por sucessivos equívocos", uma suposta falta de pagamento de esboços de projetos tenha se transformado em "uma ação milionária". A PGE destaca ainda que, além do questionado fundamento da ação (contratação de projeto sem um único documento formal), os embarcos à execução opostos à época identificam excesso no valor apresentado pelo autor, o que também foi desconsiderado pela justiça.

"O Estado da Bahia, por decisão expressa do governador Rui Costa, adotará todas as medidas para que o imóvel, de inestimável valor histórico e cultural, retorne ao patrimônio público em propriedade plena, sem ônus algum", diz. A Fundação Pedro Calmon, que administra o Arquivo Público, não respondeu ao contato. A PGE afirmou, em nota, que a Fundação "aguarda os desdobramentos da ação judicial, mas não trabalha com a hipótese de transferência do acervo". O comunicado ainda acrescenta que o leilão judicial "representa um retrocesso cultural".

REPERCUSSÃO

O presidente Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento Bahia, Luiz Antonio de Souza, reforçou a importância do local e defendeu o cancelamento do leilão. "O Arquivo Público ultrapassa o estado, os documentos custodiados interessam ao mundo todo. Esse leilão é algo extremamente singular e raro. O imóvel é impenhorável porque faz parte do patrimônio nacional e é algo público. Isso nos deixa preocupados porque, se houver o leilão e uma empresa privada arrematar, como fica o imóvel? Será que esse privado vai ter compromisso? Como fica o acervo do Arquivo Público?", questionou.

O Diretor da Faculdade de Arquitetura da Ufba, Sergio Ekerman, afirmou que a Quinta do Tanque é "um exemplar arquitetônico notável", com "enorme mérito plástico e construtivo e importância histórica ímpar".



O Arquivo Público do Estado da Bahia é considerado a segunda maior instituição arquivística do país com cerca de 40 milhões de documentos

Justiça suspende leilão de prédio do Arquivo Público

Decisão foi tomada ontem à noite pelo juiz George Alves de Assis

Carolina Cerqueira*

REPORTAGEM
carolina.cerqueira@reddebahia.com.br

O juiz George Alves de Assis, da 3ª Vara Cível, determinou na noite de ontem a suspensão do leilão do prédio que abriga o Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb), conhecido como Quinta do Tanque. A alienação do imóvel, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico (Iphan), estava prevista para hoje. Em sua decisão, o magistrado disse que o Ministério Público da Bahia "em manifestação apontou o risco que o patrimônio histórico e cultural está submetido, acaso a alienação seja efetuada sem que haja um plano prévio de salvaguarda e remoção do acervo ali existente".

"Com efeito, não bastasse o prédio, tombado desde o ano de 1949, já traduzir, por si só, marca histórica de notável expressão para o Estado da Bahia, sua alienação sem que seja observado um plano efetivo de salvaguarda e remoção do seu acervo tem o condão de impor sério abalo ao patrimônio cultural baiano, o que não pode ser admitido", escreve o juiz, em sua decisão. "Acolho também o pedido ministerial para determinar que seja oficiada a Fundação Pedro Calmon, gestora do Apeb, para apresentar plano de salvaguarda e remoção do acervo, no prazo de 60 dias".

O imóvel, que fica na Baixa de Quintas, pertencente à antiga Bahiatursa e foi penhorado por conta de uma dívida da empresa com o escritório TGF Arquitetos. Com a extinção da Bahiatursa, suas funções foram assumidas pela Secretaria de Turismo e o estado ingressou na ação da dívida, representado pela Procuradoria Geral do Estado (PGE). Segundo comunicado da PGE (leia mais

no texto ao lado), o imbróglcio começou em 1990, quando a ação foi movida na 3ª Vara Cível da capital pelo escritório. O pedido era de indenização pelo não pagamento de projetos entregues à Bahiatursa que, na época, alegou a inexistência de contrato e disse que os projetos tinham sido apresentados espontaneamente.

A ação foi julgada e então foi realizado um acordo entre as partes em 1991, que, entretanto, não teria sido cumprido, conforme alegação do escritório de arquitetura. Em 2005, a Bahiatursa ofereceu à penhora alguns de seus imóveis, incluindo a Quinta do Tanque. O leilão da Quinta do Tanque estava marcado para hoje, às 10 horas. O lance inicial era de R\$5 milhões, mas o prédio é avaliado em mais de R\$12,575 milhões, segundo o site Cravo Leilões.

TOMBAMENTO

O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural. Tanto locais públicos quanto privados podem ser tombados, desde que sejam vinculados a fatos memoráveis da história do Brasil, tenham excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico e sua conservação seja de interesse público.

Um patrimônio público tombado não pode ser alienado, ou seja, ter sua propriedade transferida, o que inclui o caso de um leilão. É o que prevê o art.11 do Decreto-Lei nº 25/1937: "As coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só

poderão ser transferidas de uma à outra das referidas entidades", diz o artigo.

O superintendente do Iphan na Bahia, Bruno Tavares, no entanto, explica por que a Quinta do Tanque poderia ser leiloadada. "Houve uma consulta ao Iphan sobre a existência de algum empecilho para o leilão, mas o imóvel pertencia à Bahiatursa, uma sociedade de economia mista, e uma empresa privada com participação do estado. Então, nesses casos, o Iphan não interfere na propriedade e o tombamento não limita o exercício de propriedade", afirma.

O prédio que abriga o Arquivo Público foi construído para ser a residência de padres jesuítas - por isso ele é conhecido como Solar da Quinta dos Padres ou Quinta do Tanque. Lá, o padre Antônio Vieira escreveu muitos dos seus sermões. Depois de servir de casa de repouso para os jesuítas, o Solar passou por obras no século XVIII que o transformaram em um centro onde eram confinadas pessoas com Hanseníase. No século XIX, o prédio passou por novas reformas.

O imóvel foi tombado pelo Iphan em 1949. Desde 1980, o Apeb, criado em 1890 pelo então governador Manoel Victorino Pereira, está sediado no endereço. O Apeb é a segunda maior instituição arquivística do país e está entre as maiores do mundo, abrigando arquivos históricos originados entre os séculos XV e XIX. Ele armazena cerca de 40 milhões de documentos.

*COM ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

A Fundação Pedro Calmon, gestora do Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb), terá que apresentar um plano de salvaguarda e remoção do acervo, no prazo de 60 dias